IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

EDUCAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA POPULACIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOB A PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA

Márliton Pereira dos Santos[1]

RESUMO

A relação entre educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional é central nos estudos demográficos, pois os níveis de escolaridade influenciam a inserção ocupacional, os rendimentos e as trajetórias de vida. Apesar da ampliação do acesso à educação no Brasil, persistem desigualdades estruturais associadas à informalidade, à precarização do trabalho e ao descompasso entre formação educacional e exigências do mercado. O problema de pesquisa consistiu em compreender como a educação, em interação com o mercado de trabalho, afeta as trajetórias populacionais. A hipótese central foi que maior escolaridade amplia as chances de inserção em empregos formais e melhor remunerados, embora esses efeitos sejam condicionados por fatores demográficos e socioeconômicos, como gênero, raça e território. O estudo teve como objetivo investigar essas relações por meio de uma revisão sistemática da literatura, analisando a influência da escolaridade sobre ocupação e renda, as desigualdades no acesso à educação e ao trabalho, os impactos do trabalho precário e as implicações para políticas públicas. A metodologia seguiu o protocolo PRISMA, com buscas nas bases SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, incluindo artigos publicados entre 2015 e 2025. Os resultados indicam que a educação melhora a inserção ocupacional, mas não elimina desigualdades estruturais, especialmente em contextos de trabalho precário. Conclui-se que a educação é fundamental, porém insuficiente de forma isolada, sendo necessária a articulação entre políticas educacionais, de emprego e de proteção social para a redução das desigualdades demográficas.

Palavras-chave: Educação; Mercado de trabalho; Desigualdades demográficas; Trabalho precário; Revisão sistemática.

INTRODUÇÃO

A relação entre educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional é um tema central na Demografia contemporânea. Isso porque mostra como os níveis de escolaridade afetam a inserção no mercado de trabalho, os rendimentos e as trajetórias de vida das pessoas. A literatura destaca que a educação é um dos principais fatores que determinam a participação no mercado de trabalho, estando ligada a taxas de emprego mais altas, salários melhores e menor risco de desemprego estrutural. Dados internacionais revelam que pessoas com mais escolaridade têm vantagens significativas em termos de empregabilidade, embora esses

[1] Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: marlitonsantos@hotmail.com

benefícios não sejam igualmente distribuídos entre os diferentes grupos sociais (OECD, 2025). No Brasil, a expansão da educação nas últimas décadas elevou o nível médio de escolaridade da população economicamente ativa, mudando a composição da força de trabalho e impactando diretamente a dinâmica populacional. No entanto, esse avanço acontece em um cenário de transformações estruturais no mundo do trabalho, como o aumento da informalidade, a flexibilização dos contratos e a precarização das ocupações, o que limita os efeitos positivos da educação sobre a inclusão produtiva e o bem-estar social (IPEA, 2024).

Apesar da existência de um aumento no acesso à educação, ainda se enfrenta problemas estruturais que prejudicam a eficácia da escolarização como uma ferramenta para reduzir as desigualdades sociais e demográficas. Pesquisas mostram que há um descompasso entre a qualificação dos trabalhadores e as exigências do mercado de trabalho, o que resulta em situações como a sobre-educação e a ocupação em empregos de baixa qualidade, mesmo para aqueles que possuem diploma de ensino superior (Silva; Monte, 2024). Além disso, desigualdades relacionadas a gênero, raça e origem socioeconômica continuam a afetar o acesso à educação e os retornos no mercado de trabalho, fazendo com que grupos historicamente vulneráveis enfrentem barreiras maiores e recebam salários menores, mesmo quando têm níveis educacionais semelhantes (Escorsim, 2024). Esse cenário levanta questões importantes sobre a capacidade da educação, por si só, de promover a mobilidade social e reduzir desigualdades, especialmente em um contexto onde o trabalho precário está em expansão. A falta de uma síntese sistemática das evidências disponíveis torna difícil entender essas relações de forma integrada, o que torna essencial a realização de uma revisão sistemática para identificar padrões, lacunas e implicações para as políticas públicas nas áreas de educação e emprego (Munn *et al*., 2018).

A hipótese levantada no presente estudo foi que ter um nível de escolaridade mais alto pode aumentar as chances de conseguir um emprego formal e de ter um salário melhor. No entanto, esses efeitos são influenciados por fatores como gênero, raça, local de residência e situação socioeconômica. Também se reconheceu que o aumento na escolarização não tem sido

acompanhado por um crescimento proporcional de empregos qualificados, o que leva à sobre-educação e à inserção de trabalhadores em funções precárias ou que não correspondem à sua formação (Silva; Monte, 2024). Além disso, acredita-se que a precarização do trabalho e a informalidade diminuem os benefícios sociais da educação, impactando negativamente as trajetórias de vida, especialmente entre os jovens e grupos que historicamente enfrentam vulnerabilidades. Isso afeta decisões sobre mobilidade, formação de família e estabilidade financeira (Fernandes; Algebaile, 2024). Portanto, acredita-se que a educação, embora essencial, não é suficiente sozinha para reduzir as desigualdades, pois sua eficácia é mediada pelas dinâmicas do mercado de trabalho e pela estrutura populacional.

A justificativa para realizar este estudo foi a necessidade de organizar e integrar as evidências científicas disponíveis sobre como educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional interagem, levando em conta a complexidade e a diversidade dos resultados encontrados na literatura (Ruaysoongnern, 2021). Apesar da vasta produção acadêmica sobre esses assuntos, os estudos estão dispersos e, muitas vezes, analisam essas questões de maneira fragmentada, o que dificulta uma compreensão mais ampla de seus efeitos combinados e de suas implicações para as políticas públicas. Ao utilizar o protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA) em uma revisão sistemática da literatura, este estudo pretende identificar padrões, lacunas e tendências de pesquisa, contribuindo para o avanço do conhecimento demográfico e oferecendo bases teóricas e empíricas para a formulação de políticas educacionais e de emprego.

Assim, o presente estudo teve como objetivo investigar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, as relações entre educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional, analisando como os diferentes níveis de escolaridade influenciam os padrões de inserção ocupacional e de renda, bem como identificando desigualdades demográficas no acesso à educação e ao trabalho associadas a fatores como gênero, raça e origem socioeconômica. Buscou-se, ainda, examinar os impactos do trabalho precário e da informalidade sobre as trajetórias populacionais e socioeconômicas dos indivíduos, além de

discutir as implicações desses achados para a formulação de políticas públicas integradas nas áreas de educação e emprego, sensíveis às desigualdades estruturais e aos desafios contemporâneos do mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia de revisão sistemática da literatura, seguindo as diretrizes do protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA), amplamente utilizado para garantir transparência, rigor metodológico e reprodutibilidade dos resultados. O PRISMA fornece um conjunto estruturado de recomendações que orientam todas as etapas da revisão, desde a formulação da questão de pesquisa até a seleção, análise e síntese dos estudos incluídos, contribuindo para a redução de vieses e para a melhoria da qualidade das evidências reunidas. O protocolo contempla 27 itens distribuídos entre título, resumo, introdução, métodos, resultados, discussão e conclusões, além de um fluxograma que descreve as quatro fases principais do processo de revisão sistemática: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos (Page *et al*., 2021).

Para a seleção dos estudos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão com o objetivo de assegurar a relevância temática e a qualidade metodológica das evidências analisadas. Foram incluídos na revisão: (i) estudos empíricos e teóricos que abordassem as relações entre educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional; (ii) artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares; (iii) publicações disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol; e (iv) estudos publicados no período entre 2015 e 2025, considerando a intensificação dos debates sobre escolarização, precarização do trabalho e desigualdades demográficas nesse intervalo temporal. Foram excluídos: (i) revisões narrativas ou não sistemáticas; (ii) trabalhos que não estabelecessem relação direta entre escolaridade, inserção no mercado de trabalho e aspectos demográficos; (iii) teses, dissertações, capítulos de livros, editoriais, relatórios técnicos e anais de congressos; e (iv) estudos duplicados ou com

informações insuficientes para atender aos objetivos da revisão. A aplicação desses critérios permitiu a construção de um corpus analítico consistente para a síntese crítica das evidências disponíveis.

Para assegurar uma cobertura ampla e consistente da produção científica sobre as relações entre educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional, foram utilizadas as bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, reconhecidas por sua relevância na disseminação de estudos nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Demografia. As buscas foram realizadas nos campos de título, resumo, palavras-chave e em todos os campos disponíveis, de modo a maximizar a recuperação de estudos potencialmente relevantes. As estratégias de busca combinaram descritores controlados e termos livres, organizados por meio de operadores *booleanos*, conforme a seguinte expressão geral: (education OR schooling OR educational attainment) AND (labor market OR employment OR work) AND (population dynamics OR demography OR inequality). Na base SciELO, a pesquisa foi configurada para incluir os campos “título”, “resumo”, “palavras-chave” e “todos os campos”, enquanto no Portal de Periódicos da CAPES a busca contemplou os campos “título”, “resumo” e “palavras-chave”, ampliando o escopo de identificação das publicações. A pesquisa foi delimitada ao período de 2015 a 2025, com o objetivo de contemplar estudos contemporâneos que abordassem as transformações recentes no sistema educacional e no mercado de trabalho. Foram considerados apenas artigos científicos revisados por pares, publicados em português, inglês ou espanhol, assegurando a qualidade e a credibilidade das evidências analisadas.

Inicialmente, todos os estudos identificados nas bases de dados foram exportados para um *software* gerenciador de referências, no qual foram realizadas a organização do material e a remoção das duplicatas. Em seguida, dois revisores independentes procederam à leitura dos títulos e resumos dos artigos remanescentes, aplicando os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Os estudos considerados elegíveis nessa etapa foram selecionados para leitura na íntegra, com o objetivo de confirmar sua adequação aos objetivos da revisão. Durante a leitura completa, foram extraídas informações relevantes de cada estudo, tais como

características do desenho metodológico, contexto geográfico, indicadores educacionais analisados, formas de inserção no mercado de trabalho, variáveis demográficas consideradas e principais resultados relacionados às desigualdades e às trajetórias populacionais. Eventuais divergências entre os revisores quanto à inclusão dos estudos ou à extração dos dados foram resolvidas por consenso e, quando necessário, com a participação de um terceiro revisor, garantindo maior confiabilidade ao processo de seleção e síntese das evidências.

A avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos foi realizada com base em critérios amplamente utilizados em revisões sistemáticas nas áreas de Ciências Sociais e Demografia, inspirados nas diretrizes da *Cochrane Collaboration*, adaptadas à natureza observacional e teórica dos estudos analisados. Cada artigo foi examinado quanto à clareza dos objetivos, à consistência do referencial teórico, à adequação do delineamento metodológico, à descrição das fontes de dados e à transparência na análise e apresentação dos resultados. Os critérios de avaliação incluíram, ainda, a representatividade da amostra ou do recorte populacional analisado, a coerência entre métodos e conclusões, a replicabilidade dos procedimentos analíticos e a discussão de limitações e possíveis vieses. Com base nesses critérios, os estudos foram classificados quanto ao risco de viés em baixo, moderado ou alto, sendo excluídos aqueles considerados de alto risco, de modo a assegurar a robustez e a confiabilidade das evidências sintetizadas na revisão.

A síntese dos dados foi realizada de forma sistemática e organizada, a partir da categorização dos estudos de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. Os achados foram agrupados em eixos analíticos relacionados: (i) à influência dos níveis de escolaridade sobre padrões de inserção no mercado de trabalho e rendimentos; (ii) às desigualdades demográficas no acesso à educação e ao emprego, considerando fatores como gênero, raça e origem socioeconômica; e (iii) aos impactos do trabalho precário e da informalidade sobre as trajetórias populacionais. Em razão da heterogeneidade dos delineamentos metodológicos e das variáveis analisadas nos estudos incluídos, optou-se prioritariamente por uma síntese qualitativa narrativa, complementada, quando possível, pela comparação de resultados quantitativos. Essa

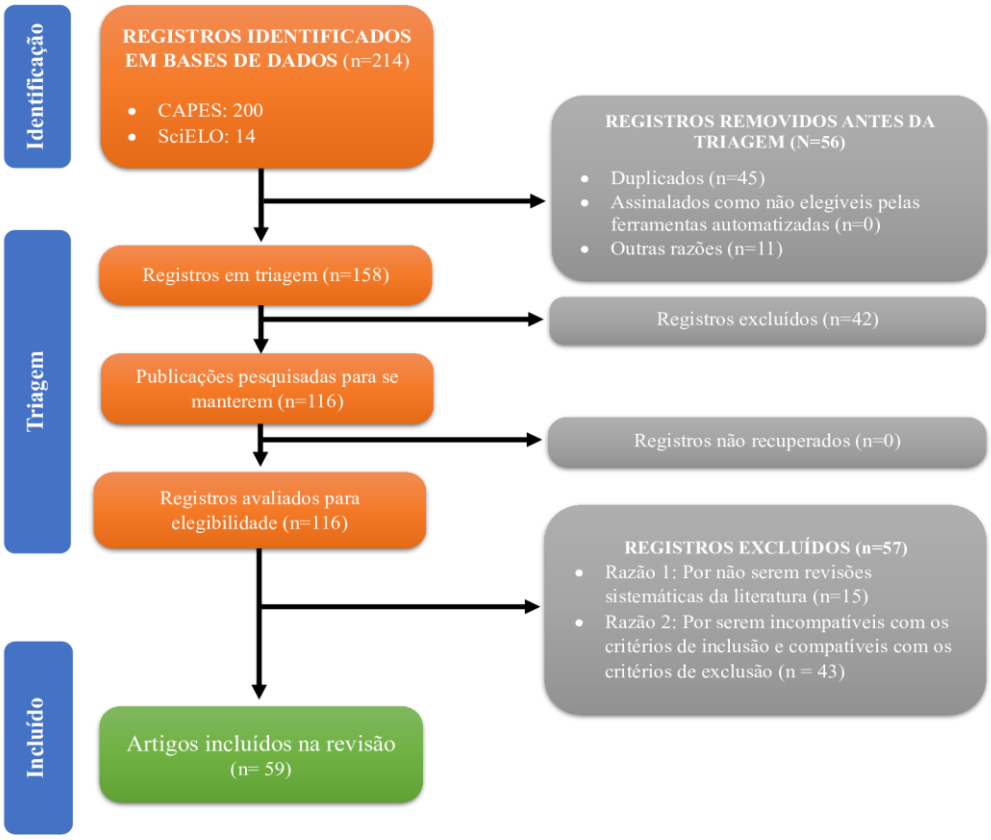
abordagem permitiu integrar evidências empíricas e teóricas, possibilitando uma interpretação crítica dos dados à luz da Demografia e das Ciências Sociais, bem como a identificação de padrões, divergências e lacunas na literatura sobre as interações entre educação, mercado de trabalho e dinâmica populacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama geral dos estudos selecionados

O fluxograma do protocolo para a seleção de artigos foi ilustrado na Figura 2.

FIGURA 1



Fonte: Autoria própria (2025).

De acordo com a Figura 2, que mostra o fluxograma PRISMA do processo de seleção dos estudos, inicialmente foram identificados 214 registros nas bases de dados, sendo 200 deles da CAPES Periódicos e 14 da SciELO. Antes de começarmos a triagem, 56 registros foram removidos, dos quais 45 eram estudos duplicados e 11 foram excluídos por outras razões. Assim, restaram 158 registros para a fase de triagem. Após uma análise inicial, 42 registros foram descartados, resultando em 116 publicações que foram avaliadas quanto à elegibilidade, sem que houvesse registros não recuperados. Na etapa de elegibilidade, 57 estudos foram excluídos, sendo 15 por não se enquadrarem como revisões sistemáticas da literatura e 43 por não atenderem aos critérios de inclusão ou por apresentarem compatibilidade com os critérios de exclusão definidos na pesquisa. Ao final do processo, 59 artigos atenderam aos critérios estabelecidos e foram incluídos na revisão sistemática.

Efeitos da escolaridade sobre a ocupação e os rendimentos no mercado de trabalho

Os estudos revisados mostraram um consenso na literatura sobre como os níveis educacionais têm um impacto positivo nos padrões de ocupação no mercado de trabalho. Em geral, pessoas com mais escolaridade tendem a ter taxas de participação mais altas no mercado formal, mais estabilidade em seus empregos e uma menor chance de enfrentar desemprego de longo prazo, especialmente quando comparadas àquelas com menos educação (Albarico; Galigao, 2024). Pesquisas de diferentes países revelam que terminar o ensino médio, e especialmente obter um diploma de ensino superior, está ligado a uma maior inserção em empregos que exigem habilidades técnicas ou acadêmicas, evidenciando uma segmentação no mercado de trabalho que é fortemente influenciada pela formação educacional (OECD, 2025). Esses achados destacam a importância da educação como um fator fundamental para a inserção produtiva, mesmo que seus efeitos possam variar de acordo com o contexto econômico e institucional.

Quanto à renda, os estudos analisados indicam que níveis mais altos de escolaridade estão consistentemente relacionados a rendimentos médios mais elevados ao longo da vida. A

literatura mostra que cada etapa adicional de educação tende a aumentar os retornos salariais, especialmente em economias que valorizam as credenciais educacionais como critério para seleção de empregos (World Bank, 2025). No entanto, os resultados também revelaram que os benefícios da educação não são lineares nem uniformes, sendo afetados por fatores como setor de atividade, localização geográfica e situação econômica. Em contextos com baixo dinamismo econômico ou alta informalidade, os ganhos salariais associados à educação costumam ser menores, evidenciando limites estruturais na capacidade da educação de promover uma ascensão econômica ampla (Bahl; Sharma, 2023).

Apesar da relação positiva entre escolaridade, ocupação e renda, muitos estudos apontam para a existência de desajustes entre o nível educacional e o tipo de trabalho que as pessoas exercem, o que caracteriza fenômenos como a sobre-educação. Os dados e informações revelaram que trabalhadores com alta formação, especialmente os jovens que acabaram de se formar, frequentemente acabam em empregos que não correspondem às suas qualificações, resultando em salários mais baixos do que o esperado e em frustração em relação às suas expectativas de ascensão social (Jones; Kaya; Nan, 2025). Esse padrão é comum em mercados de trabalho onde há uma oferta limitada de empregos qualificados e mostra que a expansão da educação, se não for acompanhada por mudanças estruturais no sistema produtivo, pode levar a uma inflação de diplomas que não se traduz em oportunidades de trabalho, diminuindo os benefícios econômicos da educação.

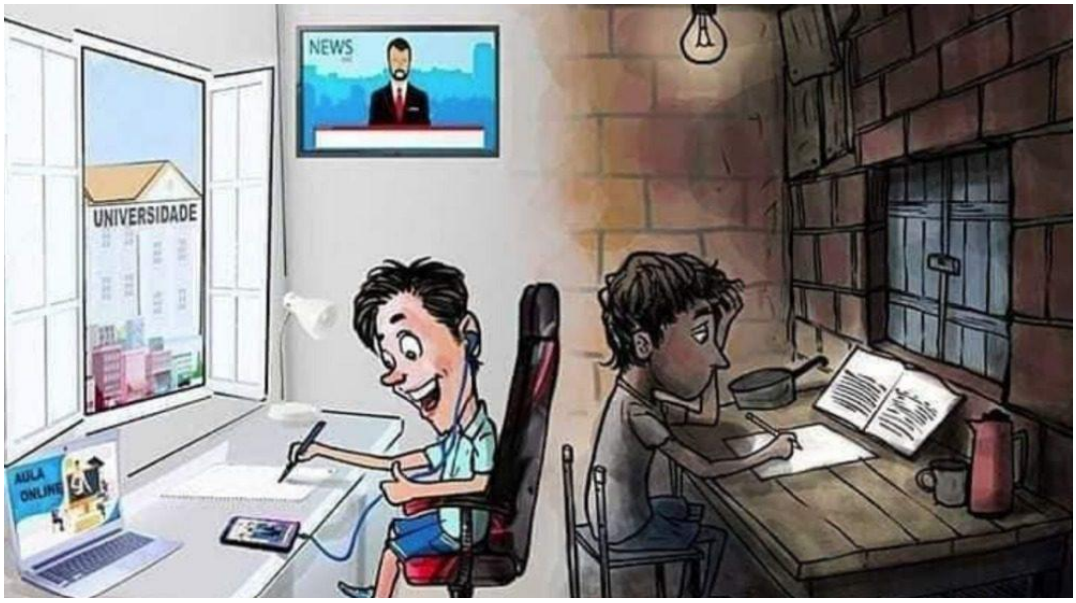
A análise dos resultados destaca que, embora a educação tenha um papel importante na definição dos padrões de ocupação e renda, seus efeitos estão ligados a processos estruturais mais amplos que envolvem a organização do mercado de trabalho e a dinâmica populacional. A literatura indica que a escolaridade pode ampliar as oportunidades individuais, mas não elimina desigualdades nem garante, por si só, uma inserção ocupacional de qualidade (Bennett *et al*., 2024). Portanto, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas que conectem educação, desenvolvimento econômico e regulação do mercado de trabalho, visando potencializar os benefícios sociais da escolarização e reduzir os desajustes entre

formação educacional e estrutura ocupacional. Essa conexão é fundamental para que a educação desempenhe seu papel estratégico na promoção de trajetórias profissionais mais estáveis e na diminuição das desigualdades de renda.

Análise das desigualdades demográficas no acesso à educação e ao trabalho

As evidências reunidas na revisão sistemática mostraram que o acesso à educação e ao mercado de trabalho é profundamente afetado por desigualdades demográficas que persistem, moldadas por fatores como classe social, raça/cor, gênero e localização. Apesar dos avanços significativos na ampliação do acesso à educação nas últimas décadas, os estudos revelam que esses progressos não foram uniformes, perpetuando hierarquias sociais históricas. Pessoas que vêm de contextos socioeconômicos mais privilegiados geralmente têm mais acesso a instituições educacionais de qualidade superior, permanecem mais tempo nos sistemas de ensino e desfrutam de melhores oportunidades de transição para o mercado de trabalho formal (Vieira, 2023). Por outro lado, as populações em situação de vulnerabilidade social enfrentam barreiras tanto materiais quanto simbólicas que limitam o acesso e a continuidade dos estudos, impactando diretamente suas trajetórias profissionais (Peer, 2024). Para ilustrar de maneira clara e simbólica essas desigualdades estruturais no acesso à educação e às oportunidades de trabalho, apresentou-se a seguir a Figura 2.

FIGURA 2 – Desigualdades no acesso à educação e às oportunidades de trabalho em diferentes contextos socioeconômicos



Fonte: (Santos, 2021).

A Figura 2 mostra, de forma visual e comparativa, a desigualdade no acesso à educação entre diferentes grupos populacionais. Ela contrasta contextos de ensino que contam com tecnologias e infraestrutura adequadas com aqueles que enfrentam precariedade material e exclusão social. Essa imagem reforça a hipótese de que as oportunidades educacionais não são distribuídas de maneira justa, o que acaba refletindo nas chances de inserção no mercado de trabalho e na qualidade das ocupações disponíveis para cada grupo. Essa representação se alinha com os achados da literatura, que indicam que desigualdades educacionais iniciais tendem a se acumular ao longo da vida, aumentando as disparidades de renda e a estabilidade no emprego (Jang, 2026). Portanto, é essencial analisar dados empíricos que evidenciem essas desigualdades de forma sistemática, o que será apresentado na tabela a seguir, através da comparação de indicadores educacionais e ocupacionais de diferentes grupos demográficos.

Os estudos analisados mostraram que as desigualdades demográficas no acesso à educação e ao trabalho são evidentes quando são comparados os indicadores educacionais e

ocupacionais entre diferentes grupos populacionais. A literatura frequentemente destaca que pessoas de grupos racialmente menorizados, que vivem em áreas periféricas ou que vêm de famílias de baixa renda, tendem a ter níveis médios de escolaridade mais baixos e estão mais concentradas em empregos informais ou de baixa remuneração. Essas desigualdades são o resultado de processos acumulativos de exclusão, onde a falta de acesso a uma educação de qualidade diminui as oportunidades de conseguir empregos formais e estáveis (Lu; Leicht, 2025). Para resumir esses padrões recorrentes identificados nos estudos revisados, a Tabela 1 oferece uma comparação geral dos principais indicadores educacionais e de inserção no mercado de trabalho, de acordo com os recortes demográficos que são amplamente discutidos na literatura.

TABELA 1 – Padrões de acesso à educação e inserção no mercado de trabalho segundo grupos demográficos (síntese da literatura)

GRUPO POPULACIONAL	NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE	TIPO DE OCUPAÇÃO PREDOMINANTE	RENDIMENTO MÉDIO RELATIVO
Grupos socioeconômicos altos	Ensino médio completo / superior	Formal e qualificada	Alto
Grupos socioeconômicos baixos	Ensino fundamental / médio incompleto	Informal e precária	Baixo
População branca	Maior permanência escolar	Formal	Médio-alto
População negra	Menor permanência escolar	Informal ou subqualificada	Médio-baixo
Mulheres	Maior escolaridade média	Setores menos valorizados	Inferior aos homens
Homens	Escolaridade média variável	Setores mais valorizados	Superior às mulheres

Fonte: Autoria própria (2025).

A análise da Tabela 1 reforça o que já foi discutido na literatura, mostrando que o acesso desigual à educação impacta diretamente os padrões de inserção no mercado de trabalho e os níveis de renda. É evidente que grupos com menor escolaridade média costumam ocupar empregos mais instáveis, com salários baixos e menos proteção social. Por outro lado, aqueles com maior capital educacional tendem a se concentrar em ocupações formais e melhor remuneradas. Além disso, mesmo quando têm níveis educacionais semelhantes, mulheres e populações racializadas ainda enfrentam desvantagens no mercado de trabalho. Isso mostra que, embora a educação seja fundamental, ela sozinha não é suficiente para eliminar as desigualdades estruturais. Esses achados reforçaram a hipótese de que as desigualdades demográficas no acesso à educação e ao trabalho estão interligadas e se alimentam mutuamente, o que exige políticas públicas que abordem simultaneamente a educação, o mercado de trabalho e a justiça social (Marczuk, 2024).

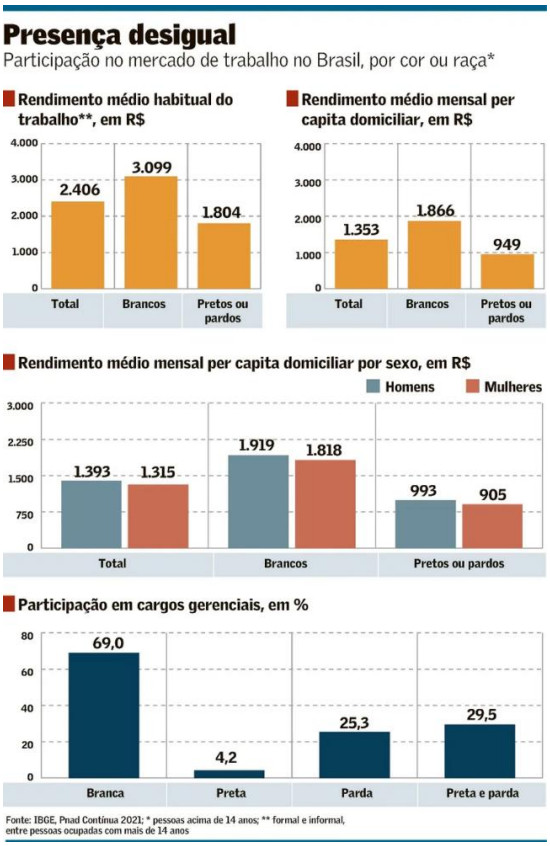
Em resumo, os resultados mostraram que as desigualdades demográficas no acesso à educação e ao trabalho continuam a ser fatores fundamentais nas trajetórias sociais e profissionais, perpetuando assimetrias históricas entre diferentes grupos. A pesquisa revisada revela que, embora seja importante aumentar o acesso à educação, isso por si só não é suficiente para garantir igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Fatores como raça, gênero, localização e origem socioeconômica ainda influenciam os retornos educacionais. Portanto, para superar essas desigualdades, é necessário adotar abordagens integradas que combinem políticas educacionais inclusivas, estratégias de combate à discriminação e mecanismos que promovam o trabalho decente, capazes de quebrar os ciclos persistentes de exclusão social.

Desigualdades demográficas no acesso à educação e à inserção no mercado de trabalho

Os resultados da revisão sistemática também revelaram que as desigualdades demográficas no acesso à educação e ao mercado de trabalho vão além das oportunidades de escolarização. Elas também se refletem nos retornos econômicos e nas posições ocupacionais que diferentes grupos populacionais conseguem alcançar. Tanto estudos nacionais quanto

internacionais concordam que fatores sociais, como raça/cor e gênero, continuam a moldar profundamente as trajetórias educacionais e profissionais, resultando em padrões de desigualdade que persistem (Kumar *et al*., 2026). Mesmo em cenários onde o acesso à educação formal foi ampliado, grupos historicamente marginalizados ainda enfrentam grandes desafios para se manter na escola, têm menos chances de conseguir empregos formais e acabam concentrados em ocupações de baixa remuneração (Misra; Kumari; Sajid, 2024). Para ilustrar de maneira empírica e clara essas desigualdades estruturais no mercado de trabalho brasileiro, apresentou-se a seguir a Figura 3, que reúne indicadores de rendimento, participação ocupacional e acesso a posições de poder, levando em conta raça/cor e sexo.

FIGURA 3 – Desigualdades demográficas no mercado de trabalho brasileiro segundo raça/cor e sexo: rendimentos médios, renda domiciliar per capita e participação em cargos gerenciais



Fonte: Belo (2023).

A Figura 3 apresenta gráficos que mostram como diferentes grupos demográficos estão desigualmente representados no mercado de trabalho, mostrando disparidades significativas nos rendimentos médios e no acesso a cargos de liderança. É notável que as pessoas brancas têm rendimentos médios mais altos do que as pessoas pretas e pardas, tanto em relação ao salário quanto à renda domiciliar per capita. Além disso, as mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas nos níveis mais baixos de renda. A participação em cargos gerenciais também é bastante desigual, com uma predominância clara de pessoas brancas em posições de liderança, enquanto as pessoas pretas e pardas estão sub-representação. Esses dados e informações reforçam o que a literatura já apontou, evidenciando que as desigualdades no acesso à educação e ao trabalho são acumulativas e interseccionais. Isso reflete não apenas diferenças de escolaridade, mas também processos estruturais de discriminação que dificultam a mobilidade social e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (Sott *et al*., 2026).

Em resumo, os resultados mostraram que as desigualdades demográficas no acesso à educação e ao trabalho estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais e institucionais. Essas desigualdades se manifestam de maneira interseccional ao longo das trajetórias educacionais e profissionais. A análise combinada da literatura e dos dados empíricos revela que raça/cor e gênero ainda influenciam não apenas os níveis de escolaridade, mas também os salários, a estabilidade no emprego e o acesso a posições de liderança no mercado de trabalho. Esses achados reforçaram a hipótese de que, embora a educação seja fundamental para a mobilidade social, ela sozinha não é suficiente para eliminar desigualdades históricas. Portanto, é essencial desenvolver políticas públicas integradas que abordem simultaneamente a exclusão educacional, a discriminação no mercado de trabalho e a perpetuação das desigualdades demográficas.

A influência do trabalho precário na dinâmica das trajetórias populacionais

O trabalho precário possui um impacto profundo nas trajetórias das pessoas, influenciando diretamente decisões sobre mobilidade social, migração e organização familiar. A literatura mostrou que vínculos informais, salários baixos, instabilidade nos contratos e a falta de proteção social aumentam a vulnerabilidade econômica dos indivíduos, afetando especialmente jovens, mulheres e grupos racializados (Gonçalves, 2002). Esses fatores levam a trajetórias marcadas por empregos instáveis, dificuldades em planejar a longo prazo e uma maior exposição a ciclos de pobreza, o que, por sua vez, impacta tanto as dinâmicas demográficas quanto a perpetuação das desigualdades sociais ao longo das gerações. Observe a Tabela 2.

TABELA 2 – Relação entre trabalho precário e indicadores das trajetórias populacionais

Dimensão analisada	Características do trabalho precário	Impactos nas trajetórias populacionais
Inserção ocupacional	Informalidade, contratos temporários, baixa proteção	Alta rotatividade no emprego e instabilidade profissional
Renda	Baixos salários e rendimentos irregulares	Dificuldade de planejamento econômico e maior vulnerabilidade social
Mobilidade espacial	Ausência de estabilidade no trabalho	Aumento da migração interna em busca de oportunidades
Organização familiar	Insegurança econômica contínua	Adiamento da constituição familiar e redução da fecundidade
Permanência no território	Falta de vínculos trabalhistas duradouros	Descontinuidade residencial e fragilização dos laços comunitários

Fonte: Elaboração própria (2025).

A Tabela 2 resume evidências empíricas sobre a conexão entre trabalho precário e indicadores populacionais, mostrando que ambientes com alta informalidade estão ligados a taxas mais elevadas de rotatividade no emprego, adiamento de projetos familiares e um aumento nos fluxos migratórios internos. Notou-se que pessoas em empregos precários tendem a migrar

com mais frequência em busca de melhores oportunidades, embora muitas vezes acabem enfrentando condições semelhantes de vulnerabilidade em seus novos destinos. Esses achados reforçaram a hipótese de que o trabalho precário não só afeta a renda imediata, mas também molda trajetórias populacionais instáveis, com consequências diretas sobre padrões de mobilidade, fecundidade e permanência nas comunidades (Cobo; Oliveira, 2024).

Em resumo, os resultados que foram analisados mostraram que o trabalho precário é um fator fundamental nas trajetórias das pessoas, gerando impactos que vão além da economia e atingem aspectos sociais e demográficos mais amplos. A instabilidade no emprego, ligada à informalidade e à falta de proteção social, dificulta que as pessoas planejem seu futuro, afetando decisões sobre mobilidade, formação de família e permanência em suas comunidades. Assim, o trabalho precário não só reflete desigualdades que já existem, mas também ajuda a perpetuá-las ao longo do tempo. Isso destaca a urgência de políticas públicas que incentivem a formalização do emprego, garantam proteção social e ofereçam condições de trabalho dignas, elementos essenciais para reduzir as desigualdades demográficas e construir trajetórias mais estáveis para a população.

Implicações para as políticas educacionais e de emprego

A análise da literatura mostrou que as mudanças demográficas e educacionais exigem um fortalecimento e uma readequação das políticas educacionais atuais. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) estabelece os princípios da educação formal, mas os estudos revelam que sua eficácia depende de uma boa articulação com políticas de inclusão e permanência escolar (Costa; Geraldi, 2025). Nesse cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) surge como uma ferramenta essencial, definindo metas para garantir o acesso universal, reduzir as desigualdades educacionais e expandir a educação profissional. No entanto, as evidências indicam que ainda há desafios para alcançar essas metas, especialmente em áreas afetadas por desigualdades socioeconômicas e pela inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho (Costa; Geraldi, 2025).

Quanto às políticas de emprego, os estudos ressaltam os impactos significativos das mudanças nas normas sobre as trajetórias da população. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei nº 5.452/1943) historicamente assegurou direitos trabalhistas, mas reformas recentes, como a Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), têm gerado amplos debates na literatura devido aos seus efeitos na flexibilização das relações de trabalho e no aumento da informalidade (Sousa; Almeida; Oliveira, 2025). Além disso, iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC – Lei nº 12.513/2011) são frequentemente mencionadas como estratégias importantes para a qualificação profissional, embora os estudos apontem para desafios em relação à sua continuidade, alcance e alinhamento com as demandas regionais do mercado de trabalho (Sousa; Almeida; Oliveira, 2025).

Por fim, a literatura revisada ressalta que políticas educacionais e de emprego baseadas em evidências demográficas são essenciais para diminuir as desigualdades sociais e ocupacionais. Iniciativas como a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008) e a estruturação do Sistema Nacional de Emprego (SINE – Lei nº 7.998/1990) mostram avanços institucionais significativos, mas os estudos apontam para a necessidade de uma integração mais robusta entre educação, trabalho e políticas sociais (Menezes, 2023). Portanto, discutir as implicações dessas políticas à luz da demografia nos ajuda a entender seus limites e potencialidades, destacando a importância de ações intersetoriais que levem em conta a diversidade populacional, as dinâmicas territoriais e as transformações no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, o presente estudo alcançou todos os objetivos propostos, respondendo o problema de pesquisa e confirmando a hipótese que foi levantada na introdução. A revisão sistemática da literatura mostrou que, em geral, níveis mais altos de escolaridade estão ligados a melhores oportunidades de emprego e renda. No entanto, esses efeitos são fortemente

influenciados por fatores demográficos e estruturais, como gênero, raça, origem socioeconômica e o contexto territorial. Além disso, os resultados indicaram que a expansão da educação não tem sido acompanhada por um aumento proporcional de empregos qualificados, o que leva a problemas como a sobre-educação, a precarização do trabalho e a informalidade. Assim, a hipótese de que a educação, embora essencial, não é suficiente por si só para reduzir desigualdades e garantir trajetórias populacionais estável foi confirmada pelas evidências analisadas, destacando a importância de integrar políticas educacionais, de emprego e de proteção social.

Apesar das contribuições, a presente pesquisa possui limitações que precisam ser levadas em conta. Uma delas é a dependência de estudos secundários disponíveis nas bases de dados selecionadas, o que pode ter limitado a inclusão de pesquisas publicadas em outras fontes ou em formatos não indexados, como relatórios técnicos e literatura cinzenta. Além disso, a diversidade metodológica dos estudos incluídos dificultou a realização de análises quantitativas mais robustas, como meta-análises. Para pesquisas futuras, seria interessante desenvolver estudos empíricos que integrem dados educacionais, ocupacionais e demográficos em um nível longitudinal, permitindo acompanhar as trajetórias individuais ao longo do tempo. Investigações que explorem recortes territoriais específicos ou abordagens interseccionais mais aprofundadas também podem ajudar a melhorar as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBARICO, Genalie; GALIGAO, Regina P. Exploring education and labor market outcomes: insights from diverse global contexts. **Pantao – International Journal of the Humanities and Social Sciences,** New Delhi, v. 3, n. 4, p. 189-201, 2024. DOI: https://doi.org/10.69651/PIJHSS030419

BAHL, Shweta; SHARMA, Ajay. Informality, education-occupation mismatch, and wages: evidence from India. **Applied Economics,** Abingdon, v. 56, n. 19, p. 2260-2294, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/00036846.2023.2186364

BELO, Eduardo. Informação contra a desigualdade. **Valor Econômico,** São Paulo, SP, 09/01/2023. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/coluna/informacao-contra-a-desigualdade.ghtml. Acesso em: 2 jan. 2026.

BENNETT, Patrick *et al*. Education and inequality: an international perspective. **Fiscal Studies,** Hoboken, NJ, v. 45, n. 3, p. 429-454, 2024. DOI: https://doi.org/10.1111/1475-5890.12394

COBO, Bárbara; OLIVEIRA, Beatriz Menezes Marques. Desigualdades no mercado de trabalho brasileiro: uma proposta de conceituação e mensuração do trabalho precário sob a lupa da interseccionalidade. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. art. e0260, 2024. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0260

COSTA, Gilvan Luiz Machado; GERALDI, Deivid Vitoreti. Ensino médio no contexto do PNE (2014-2024): acesso e permanência protelados. **Estudos em Avaliação Educacional,** São Paulo, SP, v. 36, n. art. e10601, 2025. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v36.10601

ESCORSIM, Silvana Maria. Trabalho no Brasil (1995 a 2020): desigualdades de gênero e étnico-raciais. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, SP, v. 147, n. 1, n. art. e-6628374, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.374

FERNANDES, Marcos Vinicius Reis; ALGEBAILE, Eveline Bertino. Escolarização e precarização de jovens e adultos trabalhadores da periferia fluminense. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, BA, v. 33, n. 76, p. 373-390, 2024. DOI: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n76.p373-390

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Pegada,** Presidente Prudente, SP, v. 3, n. especial, 2002. DOI: https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.790

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A evolução da sobre-educação no Brasil e o papel do ciclo econômico entre 2012 e 2023.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15252-estudo-revela-aumento-de-trabalhadores-com-formacao-superior-a-exigida-pelo-mercado.Acesso em: 21 jan. 2026.

JANG, Eunjeong. When education is positional: higher education expansion, welfare regimes and income inequality. **Journal of Social Policy,** Cambridge, v. 55, n. 2, p. 480-501, 2026. DOI: https://doi.org/10.1017/S0047279424000151

JONES, Melanie K.; KAYA, Ezgi; NAN, Jiarui. Overeducation, earnings and job satisfaction among graduates in China. **China Economic Review,** Shanghai, v. 93, art. 102448, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chieco.2025.102448

KUMAR, Sunil Mitra *et al*. Gender, race and their interplay with economic status: intersectionality and asymmetric jeopardies in brazilian education. **World Development,** Oxford, v. 199, art. 107232, 2026. DOI: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2025.107232

LU, Qianyi Qianyi Sinyee; LEICHT, Kevin. Low-waged hourly employment as a form of precarious work: racial and ethnic disparity and its implications. **Social Indicators Research,**

Dordrecht, v. 180, n. 3, p. 1765-1795, 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/s11205-025-03725-4

MARCZUK, Anna. Literature review of comparative school-to-work research: how institutional settings shape individual labour market outcomes. **Journal for Labour Market Research,** Heidelberg, v. 58, n. art. 19, 2024. DOI: https://doi.org/10.1186/s12651-024-00375-w

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira. Análise de indicadores do Sistema Nacional de Emprego. **Revista Brasileira de Avaliação,** Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 2 spe, n. art. e121423, 2023. DOI: https://doi.org/10.4322/rbaval202312014

MISRA, Arvind Kumar; KUMARI, Mamta; SAJID, Mohammad. Role of informal sector to combat unemployment in developing economy: a modeling study. **Heliyon,** London, v. 10, n. 13, n. art. e33378, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e33378

MUNN, Zachary *et al*. Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Medical Research Methodology,** London, v. 18, n. art.143, 2018. DOI: https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a Glance 2025:** OECD indicators. Paris, 2025. DOI: https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en

PAGE, Matthew J. *et al*. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **Systematic Reviews,** London, v. 10, n. art. 89, 2021. DOI: https://doi.org/10.1186/s13643-021-01626-4

PEER, Basharat. Inequality and access to education: bridging the gap in the 21st century. **Review Journal of Social Psychology & Social Works,** Franklin, v. 1, n. 3, p. 156-167, 2024. Disponível em: https://socialworksreview.com/index.php/Journal/index. Acesso em: 28 jan. 2026.

RUAYSOONGNERN, Jaturon. The value of evidence synthesis. **Nature Human Behaviour,** London, v. 5, p. 539, 2021. DOI: https://doi.org/10.1038/s41562-021-01131-7

SANTOS, Catarina de Almeida. O ano de 2020 e a educação no Brasil. **Revista Sala de Recursos,** [*S. l.*], p. 27-33, 2021. Disponível em: https://saladerecursos.com.br/o-ano-de-2020-e-a-educacao-no-brasil/. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, Filipe Alrelio Gomes; MONTE, Paulo Aguiar. Incompatibilidade escolaridade-ocupação no Brasil: incidência de sobre-educação de mão de obra ou escassez de empregos qualificados? **Revista de Economia Contemporânea,** Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. art. e242806, 2024. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/64104. Acesso em: 21 jan. 2026.

SOTT, Michele Kremer *et al*. Intersectionality in the labor market: an integrative review of race, gender, and class-based inequalities. **Merits,** Basel, v. 6, n. 1, n. art. 2, 2026. DOI: https://doi.org/10.3390/merits6010002

SOUSA, Karoline dos Santos; ALMEIDA, Severina Alves; OLIVEIRA, Jocirley. Reforma trabalhista e seus impactos nos direitos dos trabalhadores: uma revisão integrativa da literatura. **JNT: Facit Business and Technology Journal,** Araguaína, TO, v. 2, n. 63, p. 93-112, 2025. Disponível em: https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3568. Acesso em: 29 jan. 2026.

VIEIRA, André de Holanda Padilha. Desigualdades sociais na entrada no emprego formal entre graduados da educação superior. **Tempo Social,** São Paulo, SP, v. 35, n. 1, p. 131-161, 2023. DOI: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.200986

WORLD BANK. **New comparable dataset finds that investments in education, tertiary in particular, lead to higher earnings.** Washington, DC, 2025. Disponível em: https://blogs.worldbank.org/en/education/new-comparable-dataset-finds-investments-education-tertiary-particular-lead-higher. Acesso em: 25 jan. 2026.